

Entre a rua e o fisiologismo

Ricardo Noblat

Aquela foi, também, uma época em que o governo de então emitia sinais de esgotamento. O deputado Augusto Franco, no exercício da presidência do PDS, saiu de uma audiência com o presidente Figueiredo e anunciou, feliz: "Ele me disse que quem não estiver com ele estará contra ele". Era 20 de agosto de 1984. Franco contou que o presidente concordara em demitir quem ocupasse cargo de confiança no governo e se recusasse a apoiar a candidatura de Paulo Maluf, escolhido na convenção do PDS.

Figueiredo, conforme Franco, admitira, também, tratar a pão e água os governadores que preferissem fazer companhia à dupla Tancredo Neves e José Sarney, candidatos do PMDB e de uma dissidência do partido oficial à sucessão presidencial. "Não creio que o presidente Figueiredo ingresse pelo caminho de revanchismo, quando em todo o seu período de governo pregou a conciliação", comentou dois dias depois o senador Sarney. Enganou-se, como veria mais tarde.

A cabeça do ministro Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, foi a primeira a rolar. Camilo era ligado ao vice-presidente Aureliano Chaves, que preferira Tancredo a Maluf. No lugar de Camilo, entrou Murilo Badaró, disposto a ajudar a eleição do candidato do PDS. Sarney, pessoalmente, foi golpeado em seguida: seu genro, Jorge Murad, perdeu a diretoria que ocupava na Caixa Econômica Federal. Sem recursos federais, o governador do Piauí foi ajudado pelo governador de Pernambuco, Roberto Magalhães.

O empenho do presidente Figueiredo em fortalecer Maluf, mesmo às custas de demissões de antigos aliados, durou pouco e não impediu a vitória folgada de Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral. Figueiredo deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos, depois de pedir ao povo brasileiro que o esquecesse. Na semana passada, foi visto desfilando em carro aberto, sob os aplausos da população de uma cidade do interior de Minas Gerais. Até isso a chamada Nova República está conseguindo.

A lembrança do limitado recrudescimento do general Figueiredo em favor da candidatura de Maluf faz-se a propósito do episódio da semana passada em que o presidente Sarney recrudesciu em favor do espichamento do seu próprio mandato. Houve também deputado, e foram vários, que ouviu do presidente que ele passaria a governar com amigos ou que governar é uma via de mão dupla. A primeira cabeça a rolar foi a do superintendente da receita federal em São Paulo, ligado ao senador Mário Covas.

Com a diferença de que não foi pressionado a sair, o ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, que publicamente defendia uma mandato de quatro anos para Sarney, antecipou-se e deixou o governo. As voltas com a situação falimentar dos seus estados, praticamente todos os atuais governadores se anteciparam a possíveis represálias e declararam, bem comportados, que apóiam o mandato de cinco anos que o presidente da República generosamente fixou para si mesmo, à revelia da Constituinte.

Sarney silenciou os que lhe cobraram ousadia e determinação — foi ousado o suficiente para institucionalizar o fisiologismo político, para arquivar a coerência de quem repetira, à exaustão, que a extensão do seu mandato era matéria unicamente pertinente à Constituinte, e para sugerir que os urutus poderiam ser mobilizados em seu socorro. As miçangas do poder, como observara certa vez o ex-presidente Geisel, devem, de fato, ter seus encantos.

Tamanha demonstração de ousadia pode ter sido, temporariamente, bem-sucedida para aprofundar a divisão do PMDB e engordar os quadros do partido de ocasião que se propõe a garantir os cinco anos de mandato desejado pelo presidente. Não foi suficiente, contudo, para alterar o julgamento nacional, que se cristaliza a cada pesquisa de opinião que se faça, a respeito de um presidente capaz de apontar a indefinição do seu mandato como uma das principais causas dos graves problemas econômicos do país.

Ao ousar dizer isso no seu discurso da última segunda-feira, o presidente zombou da inteligência das pessoas e confirmou, uma vez mais, sua vocação para omitir-se de responsabilidades que são inteiramente suas. Sarney maneja episódios e argumentos de acordo com seus interesses circunstanciais. Mesmo quando o Plano Cruzado já fazia água e a inflação reprimida ameaçava explodir como explodiu, convinha a ele dizer que estávamos no melhor dos mundos e que a crise era uma invenção dos maus brasileiros.

Foi o que ele disse em mais de uma ocasião. Agora, à caça de mais um ano de um mandato que a transição sugere, naturalmente, que se fixe em quatro, Sarney acena com o risco de uma recessão que seu governo dizia ter sido afastada desde o momento em que o país se recusara a negociar com o FMI. Um governo não depende de um mandato menos ou mais extenso para provar que é bom ou ruim — depende da legitimidade, que falta a Sarney, de um plano e de competência para tocá-lo. As duas coisas também faltam.

Resta saber com quem ficarão os políticos: se com o fisiologismo, alçado à condição de diretriz escancarada de governo, ou se com o sentimento compartilhado pelas ruas.